

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

Os mundos da edição em Portugal durante o Estado Novo¹

Nuno Medeiros

¹ Agradeço os comentários de Vítor Barros e, sobretudo, de Telmo Clamote a este texto.

Nuno Medeiros, mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Professor-Adjunto na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa, investigador no CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da UNL. E-mail: nuno.medeiros@estesl.ipl.pt

O presente texto pretende proceder a uma narrativa, necessariamente sintética, da estruturação dos mundos da edição de livros durante um período particular do século XX português, o Estado Novo. Procura, nessa medida, contribuir para a hermenêutica de um universo social com participação no processo de composição e recomposição cultural, processo concretizado nas operações de um conjunto de agentes em torno da definição do cânone tipográfico nacional, envolvendo este conteúdos, autores, linhas estéticas, temáticas e gráficas, géneros, modos técnicos, económicos e relacionais de publicar e editar objectos impressos. Compreender, e procurar fazer compreender, algumas das formas de funcionamento de um universo como o editorial durante o arco temporal estudado não é senão um caminho de exploração de pistas e mecanismos que visam um duplo objectivo mais alargado. A intenção assim assumida é, por um lado, traçar um esboço da cultura escrita portuguesa na sua dimensão editorial ao longo de boa parte do século XX e, por outro, fornecer pistas para um entendimento analiticamente fundado das esferas sociais da edição de livros em regimes autoritários desse mesmo século XX.

Impõem-se, neste momento, duas notas relativas às opções adoptadas no texto no sentido de o constituir como leitura científica do real. A primeira concerne à escolha das balizas temporais utilizadas. Aparentemente cómoda, a opção tomada releva, não tanto da continuação de uma tradição cronológica assimilada às temporalidades políticas e governativas, mas antes de uma decisão radicada na relativa unidade de um contexto que, embora se paute pela mudança, manifesta traços de continuidade. As transformações que ocorrem nos anos 30 e que iniciam um trajecto de recomposição editorial coincidem com a emergência de um tempo político novo, trazido pela institucionalização e constitucionalização do Estado Novo. As relações e influências, que não convém exagerar, não deixaram de suceder. A formalização programática de um regime que procurava afirmação foi portadora de efeitos no campo editorial, de que se destacam como exemplos as medidas conducentes à organização corporativa dos sectores produtivos e o recrudescimento legislativo e administrativo de instrumentos repressivos sobre a palavra escrita e publicada. O ocaso do regime, mesmo antes da revolução, testemunhou igualmente o aparecimento de novos actores e de novas formas de configuração social da edição e de relação com o mercado das ideias e do dinheiro, inaugurando novo momento e nova conjuntura.

Uma segunda nota diz respeito ao empreendimento explicativo de um objecto com as características do que é perscrutado. Quando se trata de interrogar o universo editorial e os seus agentes, as tentativas de explicação de tipo exclusivamente modelar encontram dificuldades e barreiras dificilmente transponíveis, decorrentes da natureza tensional e paradoxal desse mesmo universo. A porosidade e rugosidade das lógicas encontradas impõem obstáculos de tomo à modelização, ainda que plástica, utilizável na história do livro ou na sociologia da edição². A complexidade e, em certa medida, a volatilidade do domínio social estudado destabilizam a coerência abstracta das propostas e frustram as suas aspirações à pura generalização, obrigando a uma reapreciação da importação directa de abordagens, aproveitando o seu potencial heurístico num cotejo com o reconhecimento das peculiaridades analíticas da realidade a explicar. Com efeito, a diversidade no cerne do

² Vejam-se, relativamente a tal desígnio, as fortes reservas de BARBIER, Frédéric – *La librairie allemande comme modèle?*; e de MINOWA, Shigeo – *The societal context of book publishing*. Veja-se ainda CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*.

universo editorial é de tal forma vincada que se torna impossível, mantendo o rigor interpretativo, falar de edição como uma realidade única³. Obedecendo a esquemas industriais diferentes, assentes em entidades de produção peculiares, e operando em ambientes sociais distintos, a edição é um objecto plural. Como para outras áreas da esfera cultural, mais que um mundo editorial existem mundos editoriais⁴. A superação da tentação modelar obriga a uma concepção dos mundos editoriais como dados contingentes e fabricados processualmente, sujeitos a uma inscrição social a partir de situações e actores concretos, num jogo permanente e aberto de imbricação entre autonomia e heteronomia de um campo onde se cruzam cultura e comércio.

Apostolado cultural e autoritarismo: os múltiplos caminhos de uma relação

Durante o arco temporal que se inicia na década de 30 e termina no princípio da década de 70 do século XX, correspondendo aproximadamente aos anos de vigência institucional do Estado Novo, a edição portuguesa sofre um cortejo de mudanças que parecem subtraí-la definitivamente ao que noutra lugar se denominou de antigo regime editorial⁵, mas cujos resquícios ainda se hão-de notar em todo este período. O movimento não é teleológico. As múltiplas direcções tomadas não se dirigem inevitavelmente para a consolidação de um sector maduro e propenso à rápida transformação. O mercado é pequeno e agrilhado a factores estruturais indutores de inércia, para além das ressonâncias artesanais perceptíveis nos processos utilizados pelos agentes do livro. Por outro lado, as incidências da limitação quantitativa e qualitativa do mercado editorial português fomentam a perpetuação dos constrangimentos efectivos. A inexistência de um mercado de largueza suficiente tende a restringir fortemente as edições a preços internacionalmente competitivos. As tiragens reduzidas, os escolhos na exportação e as perdas reportadas à acção policial oneram excessivamente o custo por unidade. O universo editorial não é movediço mas também não é refractário à modificação e a uma dinâmica própria cujo recorte se foi desenhando com intensidades e sentidos diversos, e de modo mais visível, a partir de finais da década de 30, princípios da de 40.

A edição de livros em Portugal durante os cerca de quarenta anos em apreço encontra-se dispersa numa miríade de entidades de média, mas essencialmente pequena e muito pequena dimensão. Esta característica confere ao campo editorial português do período analisado um dinamismo específico de criação, morte e reanimação de editoras. Ao longo dos anos observados, os agentes do livro progridem numericamente, evidenciando o campo editorial um aumento constante dos seus efectivos. Outro atributo particularmente notório traduz-se na prevalência da dimensão artesanal sobre uma organização empresarial moderna, sendo a paisagem editorial portuguesa nas décadas exploradas povoada por empresas nas quais a personalização da gestão, a baixa segmentação e a reduzida especialização interna constituem aspectos nucleares. A aura em que frequentemente se inscreve o trabalho do editor, se bem que não corresponda ao exacto perfil dos capitães da indústria

³ Confira-se COSER, Lewis; KADUSHIN, Charles; POWELL, Walter – *Books: the culture and commerce of publishing*.

⁴ Veja-se, para efeitos comparativos, BECKER, Howard – *Art Worlds*.

⁵ MEDEIROS, Nuno – *Edição e Editores Portugueses. Prescrições, percursos e dinâmicas (décadas de 1940 a 1960)*.

franceses de oitocentos nem ao da idade dourada do espaço anglo-saxónico⁶, permanece como consequência da ligação sistémica dos traços assinalados, definindo-se ainda no final da década de 60, princípios da de 70, a pertença ao mundo editorial como uma pertença a um clube de cavalheiros formado de maneira maioritária, mas não exclusiva, por agentes voltados para a vertente cultural. Com alguma consistência, principalmente no quadro das traduções e da atenção às correntes literárias e de pensamento, a sensibilidade ao exterior e a modos de produção menos artesanais vai fazendo o seu percurso, embora a intervenção em certames internacionais de referência constitua um plano ignorado quase em absoluto até muito tarde. Alheios às vagas de transnacionalização, concentração e fusão que se começam a desenhar em alguns sistemas-livro centrais⁷, como o norte-americano, o britânico, o francês ou o alemão, alguns editores portugueses adoptam algumas técnicas recentes e demonstram, sobretudo a partir de meados dos anos 50, um interesse relativo no acompanhamento das tendências mais recentes. Essa preocupação de modernidade, menos visível e mais tardia nos processos de comercialização e distribuição, mais patente e precoce na apresentação ao público nacional de autores e movimentos estético-literários e na relevância e sofisticação que vai adquirindo o aspecto gráfico nas vertentes de ilustração e capa, encerra a prevalência e permanência nos mundos da edição de uma representação privilegiada do editor como figura de cultura. A concepção dominante não anula, porém, o paulatino surgimento de um discurso – minoritário, é certo – que tende a infundir no acto de editar uma perspectiva económica, complexificando a definição do ofício e distanciando-a de uma tradição que, no final da década de 60, mantendo-se hegemónica, deixa de subsistir indisputada.

Esse efeito dissolvente da modernidade sobre a *gentry* do mundo editorial português parece ter-se demorado a fazer sentir. Em 1961, na cerimónia de entrega a Fernando Namora do primeiro «Prémio José Lins do Rego», pelo livro *Domingo à Tarde*, António Sousa Pinto, patrono do galardão, afirmou que, «desta obra [...], tal como de futuros Prémios «José Lins do Rego», farei apenas uma edição, para que os outros editores, meus colegas, e sobretudo aqueles a quem o vencedor do concurso eventualmente esteja ligado, possam também aproveitar o prestígio do Prémio, reeditando-o»⁸. Mais do que simples benevolência, é possível extrair das palavras do editor da Livros do Brasil uma estratégia de afirmação de um prémio literário instituído pela sua editora, com proveitos simbólicos de estatuto e credibilidade, sustentada numa opção de irradiação editorial das obras galardeadas. De todo o modo, semelhante intento e a sua proclamação só eram possíveis num cenário de persistências artesanais num sector ainda distante das grandes movimentações comerciais e das operações obsessivamente dependentes dos títulos que se consumam como sucesso de vendas.

A edição portuguesa não logrou, portanto, ao longo das cerca de quatro dezenas de anos analisadas, uma fuga eficaz a todos os aspectos do passado, teimando uma plêiade de traços em inscrever o sector e os seus agentes numa espécie de situação híbrida. A

⁶ Confirmam-se CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean – *Histoire de l'Édition Française*. Vol. 3 – *Le temps des éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*; e KAESTLE, Carl; RADWAY, Janice – *A History of the Book in America*. Vol. 4 – *Print in Motion: the expansion of publishing and reading in the United States, 1880-1940*.

⁷ Na expressão de BARBIER – *La librairie allemande...*

⁸ *Livros de Portugal*. N.º 36 (Dez. 1961) p. 11.

edição e os editores portugueses manifestam uma hesitação entre comportamentos típicos de mercados mais vastos, maduros e consolidados, e outros, próprios de sistemas editoriais mais exíguos, incipientes e limitados nas possibilidades de crescimento. Sector de actividade estruturalmente privado de uma população letrada suficientemente ampla e com hábitos de leitura sedimentados e concentrando espacial e socialmente a actividade num país desprovido de rede difusora, na edição é, até certo ponto, a determinação não colectiva – corporizada por editoriais individuais – que pontifica na superação de escolhos, de entre os quais os colocados pelo poder não são desprezíveis. Persistentes no desígnio da produção e da circulação impressa dos saberes, os editores confrontam-se com outras contingências, de que é exemplo a constrição da exportação. Incapazes de alterar o cenário restritivo, os actores do livro perpetuam a retórica da dificuldade expressa na ideia de crise permanente (do livro, da leitura, da edição), não endémica, de resto, da edição portuguesa.

Neste âmbito, produz-se e reproduz-se uma classe ciosa do seu papel na construção intelectual do país e disposta a práticas de autonomia compatíveis com esse posicionamento representacional. Este reconhecimento da sua dimensão prescritiva e mediadora na interpretação de sentidos extraídos da leitura da matéria publicada acaba por acarretar um comportamento particular relativamente a fontes de poder interpretadas frequentemente como anti-culturais. Daí a tendência de cariz hegemónico para a adopção pelos editores portugueses de uma relação com o regime de distanciamento ou de frieza, quando não de oposição militante, constituindo este um dado fundamental para se compreender a edição em Portugal no período do Estado Novo. Mais ou menos estruturado ideologicamente, o posicionamento da maior parte das instâncias editoriais parece traduzir uma espécie de consciência de missão adstrita ao ofício de editar, o que, em conjugação com a relativa exiguidade e estabilidade de um universo editorial de *cottage*⁹ familiar, tornava a visão predominante do editor centrada numa proximidade ao princípio de apostolado, colocando a cultura como bem primordial a defender, quer do lado do panteão, quer do da transgressão. Presente – por vezes, bem presente – nas práticas, o comércio tende no discurso a ser relegado para um lugar menor, embora não ausente. Alguns editores portugueses com papel de destaque demonstram inclusive o cumprimento de deontologias tácitas de amantes do pensamento e proponentes da independência das letras e do pensamento¹⁰.

Durante o Estado Novo, a edição e os editores portugueses em actividade tendem a recrutar para a órbita da sua actividade elementos essencialmente oriundos de domínios externos – ou mesmo em oposição – aos desígnios do governo, incapaz de congregar a generalidade do empenho editorial. A constituição de um mercado paralelo que crescerá no decurso do tempo, a refinação de mecanismos de coexistência com o dispositivo repressivo e de ludíbrio da vigilância, bem como a delegação no grémio do sector de uma plataforma de entendimento pacífico com os próceres da situação, traduzem o cortejo de estratégias de relação com o Estado Novo, que nunca se terá coibido das suas prerrogativas persecutórias. A clivagem entre edição e acção governativa não significa, portanto,

⁹ As expressões *cottage industry* e *mom-and-pop enterprises*, de grande aceitação no mundo anglo-saxónico da edição de ambas as margens do Atlântico, referenciam a pureza, mas também o acanhamento e indiferenciação do sistema editorial mitificado de um passado dourado dos anos 20, 30 e 40 do século XX. Veja-se, por exemplo, WALTERS, Ray – *Paperback Talk*.

¹⁰ Veja-se LISBOA, Irene – *Inquérito ao Livro em Portugal*; MEDEIROS, Nuno – *Edição e Editores Portugueses...*

hiato normativo insuperável. Os pontos de contacto e de colaboração são vários. Com efeito, os entendimentos e relações entre a edição e o poder político recobrem uma plêiade de realidades que vão da realização de certames como a Feira do Livro aos apelos dos editores à intervenção estatal – administrativa, política e até diplomática – em questões como a dos pagamentos congelados pelo Banco do Brasil a partir dos anos 50, passando pela participação das gentes do livro nas iniciativas governamentais na esfera do livro escolar único, sector de mercado, recorde-se, definido estatalmente segundo princípios doutrinários explícitos inequivocamente identificados com os desígnios do regime, motivo aparentemente insuficiente para impedir que um número significativo de editores nele sempre tivesse procurado participar¹¹, revelando esta característica uma relação entre regime e edição mais complexa do que se poderia supor numa abordagem mais imediata e na qual a dimensão mercantil parece assumir um papel determinante. Mas, quanto a entendimentos directos e duradouros entre as duas partes, não houve muito mais do que isto. Neste domínio, foi a actuação do Grémio Nacional dos Editores e Livradores que se investiu de instrumento catalisador na interacção institucional entre os órgãos de poder e o sector da edição, dissipando o conflito e outorgando um carácter relativamente pacificado ao relacionamento entretido entre as partes. À excepção do sufrágio de 1964 para os corpos sociais do Grémio, com a eleição da lista liderada por António Alçada Baptista, cujo resultado nunca foi reconhecido, impossibilitando, por isso, a homologação da nova Direcção pelo Ministério das Corporações (criando um limbo jurídico por vários anos na condução dos destinos colectivos dos editores), o conflito com a ditadura vê-se reduzido a níveis de intensidade surpreendentemente baixos¹². A ingerência do salazarismo não se fez propriamente sentir na vida associativa, preferindo centrar-se em alvos individuais.

A distância ou neutralidade relativamente ao Estado durante o período observado não se basearam necessariamente numa afirmação política. De costas maioritariamente voltadas para os atributos políticos e institucionais do regime, com quem mantinham frequentemente uma relação de não anuência, quando não de confronto, os editores muito dificilmente se mobilizariam para endereçarem de maneira sistemática e deliberada o feixe de reivindicações à intervenção salvífica ou correctora do Estado, missão que, de resto, os poderes públicos não reservaram para si. Entre finais dos anos 30 e princípios dos anos 70 não se verifica a formação consistente de um dispositivo administrativo e jurídico durável que traduza uma concepção global de acção pública, situada fora de balizas repressivas, no atinente à edição. Não é possível descortinar na actuação dos poderes públicos a adopção de um conjunto de mecanismos de regulação e acompanhamento do mercado do livro. Os esforços encetados no domínio de uma política de apoio à criação, produção e distri-

¹¹ Nas editoras com intervenção nos – e, nesse sentido, ratificação dos – concursos de adjudicação e comissionamento de livros escolares, contaram-se, ao longo dos anos, a Editora Educação Nacional, a Porto Editora, a Coimbra Editora, a Livraria Studium Editora, a Livraria Popular de Francisco Franco, a Livraria Cruz, a Empresa Industrial Gráfica do Porto (através das Edições Maranus), a Livraria Bertrand, a Livraria Sá da Costa, a Editorial Domingos Barreira, a Livraria Figueirinhas, a Livraria Simões Lopes, a Livraria Rodrigues, a Atlântida Editora, entre outras empresas ligadas à produção do livro.

¹² Confirmam-se MEDEIROS, Nuno – Edição e editores nos anos 30 e 40: mercado do livro, acção cultural e tensões; e MEDEIROS, Nuno – Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livradores.

buição, radicados numa matriz ideológica claramente orientada, revelaram-se infrutíferos e de frágil reiteração¹³.

A matriz de apostolado na edição, como fulguração doutrinária de militância e opção ética e estética, é apenas um dos factores de explicação da distância que a maioria dos editores interpôs entre a sua actividade e os poderes públicos. Embora seja socializado por décadas de repressão, de grande regularidade em alguns casos, só em parte se pode afirmar que o universo editorial português é estimulado à autonomia pela abulia estatal quanto ao enquadramento e fomento políticos do livro. Durante o século XX, é no arco temporal estudado que os editores reproduzem, talvez como nunca, a histórica condição de reduto de contra-dominância, transportando colectivamente a insubmissão, de maior ou menor resíduo clandestino, para o universo da legitimação própria do campo cultural, com particular premência no plano literário. Incapaz de forjar um sistema de conversão literária susceptível de motivar uma adesão axial da esfera autoral, o poder viu-se esboroarem-se as tómbias e desarticuladas tentativas que fez – e paulatinamente abandonou – face à pujança com que se afirmou a legitimidade do sistema de consagração próprio do campo cultural para o qual a edição concorria estruturalmente. Os cânones de género literário e não-literário que se foram impondo erigiram-se, com efeito, no quadro de um forte contributo da edição. O papel da academia, impossível de negar em domínios específicos, não terá revelado a mesma latitude e implicação que o sector editorial, decisivo para a prescrição e legitimação de temas ignorados ou atacados por outras instâncias consagradoras – como a literatura para a infância, a ficção científica, o romance policial ou a banda desenhada. No plano particular da literatura, a actividade de vários editores e coordenadores editoriais e literários na projecção de autores, temas e títulos, traduziu a sustentação de dispositivos de exposição e autorização públicas que se localizaram fora, tanto das pretensões de arregimentação cultural e literária do poder político quanto da dominância estética identificada com uma certa ortodoxia institucionalizada de denúncia e de resistência. Apostando em estratégias alternativas de acumulação e concessão de crédito simbólico, as vias autónomas de canonização passaram ocasionalmente pela instituição de prémios próprios ou associados a outras editoriais¹⁴, emergindo até uma forma de parceria unindo os actores colectivos de representação, quer de editores, quer de escritores: o prémio literário Camilo Castelo Branco, de promoção conjunta do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e da Sociedade Portuguesa de Escritores.

Dinâmico nos projectos e na acção de alguns dos seus agentes, o universo da edição portuguesa caracteriza-se contraditoriamente por possuir uma espécie de estabilidade ima-

¹³ Vejam-se Ó, Jorge Ramos do – *Os Anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*; MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*; MEDEIROS – *Edição e Editores Portugueses...*

¹⁴ De que são exemplo, referindo apenas prémios de jaez literário, o «Prémio Literário Delfim Guimarães», o «Prémio Literário António Feijó» (ambos instituídos pela Guimarães Editores em 1952), o «Prémio Ática», o «Prémio Fernando Pessoa» (Edições Ática, 1959), o «Prémio de Novelística Almeida Garrett» (Portugália Editora e Editorial Inova, 1968), entre outros. Houve ainda espaço para parcerias internacionais, envolvendo a participação conjunta de editoriais nacionais com congéneres estrangeiras na atribuição de prémios internacionais, de que se destaca o caso da Editora Arcádia, com a criação em 1960 do «Prémio Internacional dos Editores» e do «Prémio Formentor».

nente. É verdade que a concentração, através de aquisições¹⁵ e fusões, e a industrialização da fileira e dos seus ocupantes são realidades desconhecidas em Portugal, mas as estruturas de um ambiente organizacional relativamente pacato sinalizam-se por via de um sistema de rotinas que se foi constituindo. As rotinas que se vão estabilizando ao longo destes quarenta anos consentem, por exemplo, uma coexistência de amplitude relativamente previsível com um poder matricialmente autoritário. As estratégias editoriais de evasão ou de coexistência com o carácter policial do regime são registos paradoxais apenas na aparência. As lógicas ritualizadas que se foram, em alguns casos, tornando quotidianas na relação entre editores e elementos da censura e da polícia política, obrigando a uma interacção entre as mesmas pessoas que chegou a durar anos, terão funcionado como plataforma instituída – e, portanto, como uma outra forma de estabilidade – que formulou a própria representação do editor e do acto de editar.

Lastros e rupturas na esfera editorial

Não obstante as peculiaridades e discontinuidades expostas, a situação portuguesa no domínio da edição não habita um espaço límbico, indefinido e incatalogável. Mas vive numa espécie de meio-termo que hesita entre o artesanato e a indústria no atinente aos processos, formas e modos da sua produção. Com excepção de casos isolados, o sector vive numa espécie de artesanato hodierno, denotando visível resistência à industrialização e à economia de escala. A lógica dominante do sistema editorial português é periférica e paroquial. As tomadas de posição individuais e institucionais no sentido do reconhecimento crítico da situação apontam factores explicativos. Em artigo datado de 1967 e significativamente intitulado «Problemas da expansão do livro português», Henrique Martins de Carvalho diagnosticava alguns aspectos de travão à expansão do livro português, contando-se entre estes a ausência de inserção internacional para informação sobre «os parâmetros actuais dos problemas do livro»¹⁶ (nomeadamente na participação nas actividades da União Internacional de Editores e nos congressos internacionais, como o Congresso das Associações e Câmaras Ibero-Americanas do Livro), a necessidade de organização que rompesse com a pouca eficácia das iniciativas isoladas e a inexistência de «métodos actuais de *difusão de informações*»¹⁷ (designadamente cadernos de apresentação individual dos autores, prática de regularidade e sistematicidade no «contacto com os meios cultos estrangeiros, para tornar neles conhecidos os escritores portugueses»¹⁸ e listas de bibliografia disponível¹⁹). Também no interior do campo emergem os diagnósticos, que não poupam os seus próprios agentes. Refere-se, também nos anos 60, uma carência «na classe, do dinamismo que lhe permitiria não só superar a apatia das entidades oficiais, mas

¹⁵ As aquisições que se registam neste período referem-se a mudanças de propriedade estranhas a processos concentracionários, antes se relacionando com a compra isolada de uma editora ou com uma operação de diversificação do universo editorial de empresas constituídas e em actividade.

¹⁶ *Rumo*, N.º 128 (Out. 1967) p. 278.

¹⁷ *Rumo*, p. 278, itálico no original.

¹⁸ *Rumo*, p. 278.

¹⁹ Indicador eloquente, até ao ocaso da ditadura não existe catálogo colectivo da edição portuguesa ou reportório anual de livros portugueses disponíveis.

também criar e prosseguir iniciativas que só a ela competem»²⁰, alvitando-se possíveis vias de superação dos atavismos²¹ e de revisão de processos, «tais como: a) Participar em exposições naqueles países onde a sua presença pudesse ser notada; b) Estudo real das necessidades da sua clientela; c) Comparência a Congressos, onde o conhecimento de diversos meios e processos de actuação mais adequados é sempre útil»²².

A partir de certa altura, a ideia de necessidade de modernização vai fazendo o seu caminho no discurso de alguns agentes da edição, preocupação desacompanhada de alterações efectivas na *praxis* genérica dos editores. Uma das conclusões do I Encontro de Editores e Livreiros, significativamente ocorrido apenas em 1973, foi justamente a de «que as empresas editoriais e livreiras nacionais sofrem frequentemente de faltas intrínsecas de organização, deficientes bases de funcionamento e dimensão excessivamente exígua para fazer face às múltiplas exigências que cada vez mais delas exige um mercado crescentemente complexo»²³. A afirmação não pretende fazer a defesa de «que só as grandes empresas possam corresponder às necessidades actuais do mercado, mas sim que organização, bases de funcionamento e objectivos devem constituir um todo harmónico, a fim de que o editor e o livreiro possam corresponder ao que deles a sociedade tem o direito a esperar»²⁴. Reconhecendo que a obra publicada «é, cada vez mais, uma tarefa conjunta de autores, tradutores, ilustradores, artistas gráficos, revisores e editores», os «editores consideram indispensável e urgente uma maior profissionalização dos tradutores, ilustradores e revisores, para que estes possam corresponder cabalmente às exigências crescentes da moderna edição»²⁵.

Semelhante proclamação dos editores, de teor quase evangélico, acaba por ser de difícil aplicação à classe. Muito identificada ainda com orientações emanadas de uma ou duas figuras (editor e director literário, por exemplo, mais raramente um colégio de associados ou colaboradores, frequentemente não especializados), a condução dos destinos editoriais na edição entre a década de 30 e a de 60 evidencia o resquício de tempos passados. A postura, perfil e modo de trabalho dos editores, inclusive dos que comandam empresas muito pequenas, já não comportam, é certo, as características que prefiguraram em Portugal o editor artesão solipsista do século XIX, que entrou ainda no século seguinte. Chamando a si uma constelação de tarefas e competências, reunidas numa pessoa que se apresentava como ponto nuclear de uma casa editorial, esta personagem era modelarmente exemplificada por Henrique Marques. Para além de tratar directamente da negociação e aquisição dos direitos das obras a publicar e de comissionar outras obras a autores, tradutores e ilustradores, o editor acumulava ainda, nos seus próprios termos, a «directão, publicação, revisão, anotações e propaganda destas diversas espécies, [que] estava única e exclusivamente a meu cargo»²⁶. O século XX vê surgir na edição uma série de personagens nas quais os editores vão delegando competências, por vezes bastante alargadas, de escolha

²⁰ *Livros de Portugal*. N.º 64 (Abr. 1964) p. 3.

²¹ Confira-se, por exemplo, editorial em *Livros de Portugal*. N.º 91 (Jul. 1966) p. 1-2.

²² *Livros de Portugal*. N.º 64 (Abr. 1964) p. 3.

²³ GRÊMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS – *Conclusões do I Encontro de Editores e Livreiros*, p. 2.

²⁴ GRÊMIO NACIONAL – *Conclusões do I Encontro ...*, p. 2.

²⁵ GRÊMIO NACIONAL – *Conclusões do I Encontro ...*, p. 3.

²⁶ MARQUES, Henrique – *Memórias de um Editor (publicação póstuma)*, p. 253.

e decisão, interferindo ou, em alguns casos, determinando o curso e a imagem de uma editora. Um dos exemplos que melhor ilustram esta proposição é o de Bento de Jesus Caraça, cuja actividade cunhou em grande medida a imagem da editora onde exerceu magistério de director de colecção (colecções), as Edições Cosmos. A especialização propriamente editorial não existe senão como resultado de uma aprendizagem empírica, conferindo a algumas editoras a valência informal de escolas. A progressiva especialização de colaboradores em domínios como o da selecção literária ou gráfica não parece, no entanto, corresponder a uma mudança estrutural. Se nos anos 30 e 40 não eram raros casos como o de Eduardo Salgueiro, editor da Editorial Inquerito a quem se acometiam tarefas como a de coordenador de colecção, prefaciador, anotador ou tradutor, ainda em finais da década de 60 o funcionamento de um número significativo de casas encaixava na descrição que Francisco Espadinha faz do esquema operativo da chancela que fundou: «a Presença era uma pequena editora; tudo era muito familiar, tudo era muito sintético, indiferenciado, as decisões estavam muito concentradas, muito também na minha pessoa»²⁷.

O meio, diminuto, promove um funcionamento de pequeno mundo, que sobrevive no século XX como resíduo histórico, situação extensiva a outras realidades nacionais²⁸. Uma das especificidades portuguesas é, todavia, a perenidade estrutural desse modo paroquial de produção, pertinaz num certo efeito de impugnação da mudança. Um dos seus indicadores imediatos é o da reduzida dimensão da generalidade das entidades com actividade de publicação de livros. Por outro lado, um dos traços que melhor caracterizam o panorama editorial português durante todo o período abordado é o carácter familiar de muitas das empresas, comportando esquemas sucessórios de tipo dinástico ou mudando de mãos entre associados e colaboradores próximos. A inserção da acção editorial elabora-se empresarialmente num contexto reticular de relações de amizade, família ou conhecimento próximo do ofício, forjando um universo microcósmico de articulações essencialmente informais. Fenómeno comum no universo empresarial, a dinastia sobrevém como elemento estruturante da manutenção familiar como um forte eixo das relações de produção e de representação, tanto do ofício quanto do mercado, erigindo-se como modalidade de organização interna predominante durante o período analisado. A propensão dinástica configura um dos exemplos tradutores do que remanesce na organização social e económica da edição como elemento potenciador de durabilidades e tradições. Estas encontram-se igualmente na continuidade da indefinição de papéis ou da sua diluição, com os editores-livreiros ou os livreiros com actividade editorial a marcarem forte presença no campo durante todo o período investigado. Os elementos de inércia também se presentem no domínio de realizações anuais como as feiras do livro, ritual cristalizado e praticamente inalterado nos seus moldes e princípios desde o seu início, em 1930. Exceptuadas as feiras do livro de Lisboa e Porto, é avulso o investimento em certames do género, normalmente dirigido a eventos situados em território encarado como ancestral ou naturalmente disponível e expectante à irradiação das obras publicadas em Portugal, isto é, o império colonial e,

²⁷ MEDEIROS, Nuno – *Edição e Editores Portugueses...*, p. 277-278.

²⁸ Vejam-se, por exemplo, para os casos francês e norte-americano, CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean – *Histoire de l'Édition Française*. Vol. 4 – *Le livre concurrent: 1900-1950*; MOLLIER, Jean-Yves – *Les mutations de l'espace éditorial français du XVIII^e au XX^e siècle*; e TEBBEL, John – *Between Covers. The rise and transformation of American book publishing*.

noutra medida, o que tão cedo não deixará de ser tomado como seu sucedâneo, o Brasil²⁹, consumando-se com o último, ao longo dos anos observados, uma inversão nos processos de influência tipográfica, com o mercado brasileiro a assumir-se como o grande centro irradiador da edição em língua portuguesa e a subalternizar a anterior potência dominante em termos da produção do livro.

Ao panorama descrito acresce a inexistência efectiva e regular de distribuição de livros editados em todo o território. Sinal da macrocefalia social, política e cultural em que o país vive, a difusão nacional do livro corresponde a um desígnio amiudadamente invocado pelos editores que não vai encontrando eco na realidade, desértica no que concerne à presença e consolidação de infra-estruturas de distribuição eficaz e atempada de livros aos locais de venda disseminados pelo país. O eixo histórico Braga-Porto-Coimbra-Lisboa permanece imóvel como uma espécie de colégio dos eleitos para o comércio de livros. Só bastante tarde é que o universo de circulação livreira deixa de se confinar aos centros de produção tradicionais. Existiam, é verdade, as encomendas por correio e as subscrições directas de clientes finais, embora ambas – com maior incidência nas segundas – conheçam um declínio indesmentível ao longo das décadas em apreço. Já nos anos 60 surgem algumas empresas distribuidoras com uma equipa de vendas e comissionistas encarregue do estabelecimento de laços directos com o maior número de postos de venda situados fora dos centros editoriais-livreiros. Um número reduzido de editoras começa a abrir livrarias, alargando a sua área de influência directa, casos da Bertrand, das Publicações Europa-América e, em menor e mais efémera medida, da Livros do Brasil, com as livrarias Divulgação. Mas o sistema contém anacronismos e pesam factores como a demora nas encomendas e a vigilância política repressiva. A era de alguma sistematização na instalação de vias de comunicação entre os vários actores do comércio do livro em termos da sua extensão à totalidade do território da então metrópole só se começaria a verificar com uma eficácia visível já nos anos 70, sobrevivendo então uma tentativa de diferenciação e semi-industrialização da distribuição.

Por outro lado, além dos entraves e dificuldades colocados ao aparecimento e consolidação de um mercado do livro editado pela regulação asfíxiante de um sistema assente na censura e no policiamento (apesar do paradoxal efeito de promoção de um mercado paralelo de obras proibidas ou clandestinas, que nunca deixou, no entanto, de ser restrito), a reduzida taxa de população alfabetizada e, dentro desta, a pouquíssimo significativa fatia de pessoas cultivadas no consumo leitoral do impresso (não obstante os sucessos de livraria ocasionalmente registados), potencia o efeito reverberativo da desigualdade social no contacto com o livro, como forma de expressão cultural e de acesso ao saber, contribuindo fortemente para a constrição a que a edição se encontra submetida. As fragilidades estruturais do sector e os constrangimentos de internacionalização vulnerabilizaram a actividade editorial, cenário mais visível num clima de choque e aperto persistentemente focado pelos seus actores como de crise permanente, favorecedor de argumentos contraditórios, de esperança ou sornidade relativamente ao mercado do livro, baseados no nascimento de projectos novos e morte de editoras antigas, das quais algumas com o estatuto de clássicas³⁰. Os

²⁹ Saliente-se que o espaço brasileiro do livro nunca terá perdido para uma razoável parte dos editores portugueses o estatuto colonial de mercado mais ou menos mitificado.

³⁰ Confira-se MEDEIROS, Nuno – Edição e editores nos anos 30 e 40...

exemplos de resistência à adversidade, de que as Publicações Europa-América prefiguram o paradigma, não deixam, no entanto, de surpreender num ambiente em que a criatividade e o engenho eram aliados obrigatórios da perseverança. Logrou-se, assim, a sobrevivência de não raras editoriais e forjou-se a identidade do editor português, caldeando-se estes ingredientes na estruturação do espaço tipográfico da cultura que o país conheceu.

Sem uma produção e um consumo verdadeiramente de massas ou sequer moderadamente alargado, a sedimentação de lógicas comerciais na condução dos destinos das editoras foi lenta, por vezes demasiado lenta. O recurso à publicidade e a diversificação dos seus suportes não possui qualquer tipo de tradição, excluindo as páginas de algumas publicações culturais. A exploração proveitosa de espaços como o televisivo para a projecção da actividade não acontece logo e reúne poucos adeptos, de entre os quais se destaca a Editorial Verbo. A inovação e a agressividade na gestão foram muito paulatinas e, com frequência, fruto de uma acção mais individual do que comum ao sector. Com um mercado sujeito a tal montante de constrangimentos, não deixa de surpreender o dinamismo revelado pela edição no arco temporal observado. Sendo verdade que a constituição de comunidades de leitura, vistas como comunidades de compra e fidelização de autores, colecções, géneros e até editoras, através de regimes como o das assinaturas, é anterior inclusive ao século XX, é, porém, a partir dos anos 30 e, sobretudo, 40 e 50 que se percebe com maior nitidez um conjunto de esforços para a edificação de comunidades de leitores através do lançamento de prospectos, boletins, revistas e jornais de timbre literário com cariz mais ou menos promotor da casa editora que os produz, com exemplos no *Boletim de Informação Literária da Editorial Estudos Cor*, publicado pela editora homónima, e no *Boletim Bibliográfico LBL*, editado pela Livros do Brasil.

A concomitância da edição de livros com a publicação de uma revista ou um periódico de outra natureza não foi caso raro. O exemplo óbvio é o da Seara Nova, título de revista e de chancela editorial. De durabilidade diversa, por vezes o laço não se estabelece com uma ligação formal, materializando-se a ponte numa comunhão de projecto feita por intermédio de redes sociais em que colaboradores importantes do periódico são globalmente publicados numa editora, caso ilustrado pela *Tempo Presente* e pela Editorial Verbo. Inversamente, o vínculo entre periódico e editorial de livros também pode ser manifestado de modo explícito, circulando nomes entre um e outra, instaurando uma coerência ideológica, cultural e comercial entre ambas as actividades editoriais, de que são paradigma *O Tempo e o Modo* e a Livraria Morais Editora. Aparecem igualmente publicações como o *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, promovido menos como órgão oficial da editora proprietária (apesar das incidências publicitárias da casa mãe, as Publicações Europa-América, nas páginas do jornal), e mais como componente central de consumação de um certo *ethos* interventor na cultura e no mundo das ideias.

No contexto investigado, as práticas editoriais não foram arreadas da inovação. Sendo indesmentível para os editores, tal como para os outros actores da constelação do livro impresso, uma «teimosia das continuidades culturais presentes no trabalho»³¹, as estratégias e práticas que empreenderam não se alhearam da mudança. O incremento e segmentação que a edição vai experimentar no decurso destas quatro décadas – percebidos em aspectos como a heterogeneização da oferta e da procura de novos géneros e temas – não deixam

³¹ DURÃO, Susana – *Oficinas e Tipógrafos. Cultura e quotidianos de trabalho*, p. 38.

de se exprimir como consequências da gradual penetração de uma lógica mercantil, progressivamente incorporada por um campo cujas práticas tradicionais de afirmação, ao nível do discurso mas também da acção concretizadora, a tendiam a secundarizar, quando não a negar. O surgimento de projectos de crescente arrojado tecnológico, gráfico, comercial e autoral, conjuga-se com a introdução – frequentemente, afinal, a reintrodução – de inovações, como o livro de bolso. Sem retumbâncias revolucionárias mas de efeitos consequentes. O editor destes anos recorre crescentemente a personagens com funções de coordenação editorial. Sem que isso signifique ainda uma mudança na orgânica interna das casas em termos de uma divisão e especialização do trabalho editorial, o perfil que um relevante número de empresas do sector vai construindo é, a vários títulos, contemporâneo.

Assentam-se os alicerces de um movimento de renovação e actualidade prosseguido por várias editoriais. Se em 1968, Francisco Lyon de Castro, editor das Publicações Europa-América, refere «a actualização da produção editorial das empresas mais activas»³², já antes, a partir dos anos 50, vários agentes do livro, nomeadamente editores, haviam começado a veicular uma atitude de satisfação com a qualidade do que se ia publicando, sobretudo por parte de algumas editoras, comparativamente a um passado pouco distante. A avaliação positiva prende-se com o progresso qualitativo das traduções, do aspecto gráfico e da selecção dos autores e obras, em linha coeva com o que se fazia nos centros mais avançados, atributo que passa de raridade a apanágio do universo tipográfico português. Aquando da visita a Frankfurt em 1959, por exemplo, Lyon de Castro não se coíbe de o afirmar³³, enquanto no ano seguinte, o presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, Luís Borges de Castro, assegura que o «movimento editorial atingiu, entre nós, um nível francamente superior às expectativas mais optimistas. Jamais se publicou tão considerável volume de obras nacionais e nunca, como agora, a edição portuguesa foi tão esmerada sob todos os aspectos»³⁴. A componente discursiva auto-congratatória quanto a estes aspectos da produção editorial não mais se perderá. No último terço da década de 60, Henrique Martins de Carvalho afiança que, mesmo «aferido pelos padrões internacionais, o livro português é em regra de boa qualidade; e o grande aperfeiçoamento das artes gráficas registado ultimamente torna a sua apresentação satisfatória, não só para o mercado interno como perante o mercado internacional»³⁵. Em artigo consignado aos temas profissionais e intitulado «Da necessidade de modernizar as Livrarias e a concessão de créditos», Lyon de Castro sustenta não ser «novidade para ninguém afirmar que nos últimos anos a actividade editorial portuguesa tomou um incremento»³⁶ considerado digno de registo, asseverando que essa «intensificação da actividade editorial portuguesa pode criar, se não está criando já, uma superprodução, que agrava o problema da organização e intensificação das vendas para a qual é necessária uma rede de livrarias adaptadas às novas necessidades»³⁷. Antecipava-se a questão da elevada rotatividade da edição e dos

³² *Diário de Lisboa* (16 Maio 1968) p. 6. Lyon de Castro acrescenta que «os editores estão mais actualizados e mais atentos às necessidades de informação do público. Basta citar, por exemplo, o facto de livros editados em países que estão na vanguarda da produção livreira serem, quase ao mesmo tempo, publicados em Portugal», p. 6.

³³ *Livros de Portugal*. N.º 11 (Nov. 1959) p. 3-6.

³⁴ *Voz de Portugal*, apud *Livros de Portugal*. N.º 20 (Ago. 1960) p. 13.

³⁵ *Rumo*. N.º 128 (Out. 1967) p. 276.

³⁶ *Livros de Portugal*. N.º 22 (Out. 1960) p. 4.

³⁷ *Livros de Portugal*, p. 5-6.

seus efeitos perversos na comercialização e exposição do livro e na consistência financeira das editoras.

No lapso de tempo perscrutado as dinâmicas dos mundos da edição de livros em Portugal demonstram uma lógica de paradoxos não desamarrada do contexto onde se produziu. A audácia e o desejo de modernidade que pautou a actuação inovadora de um número significativo de editores nunca terão deixado de conviver com um sistema de certa forma relapso³⁸ e incerto na navegação à vista em que iam consistindo as suas opções e estratégias. As contradições são, portanto, transversais ao campo. O acompanhamento da actualidade editorial dos grandes centros produtores, conducente a uma opção de privilégio às traduções, que ocupam um lugar preponderante nos catálogos portugueses, é precocemente manifestado por um conjunto de chancelas que oferece, por essa via, a contemporaneidade livresca de pensamento e literatura. Importador líquido, quanto às trocas no mercado internacional do livro, em termos de espécimes e de direitos de tradução, o sector devota uma atenção ao exterior que contrasta com o prolongado afastamento dos circuitos internacionais de exposição, comércio e associativismo do livro. Não surpreende, pois, o lugar periférico ocupado por Portugal no contexto mundial da edição e literatura. À exiguidade empresarial alia-se um alheamento do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros quanto à mobilização dos seus membros para a participação em feiras no exterior. Só nos mandatos gremiais de Fernando Guedes (a partir de 1969) e de Rogério Moura (iniciado em 1972 e o derradeiro do Grémio) parecem estar reunidas as vontades para uma participação sistemática nas feiras de Frankfurt e Madrid, no festival de Nice, na União Internacional de Editores. Este lento e tardio despertar para a inserção internacional, nas vertentes comercial e institucional, é simultâneo de uma demorada e irregular penetração de interesses estrangeiros, balizada em 1967, com o surgimento das Selecções do Reader's Digest, e em 1971, ano da entrada no mercado português do colosso Bertelsmann, através do Círculo de Leitores.

O predomínio das traduções nas obras editadas não configura somente um acto de acompanhamento da actualidade editorial dos centros irradiadores. Imbuída de uma inexorável componente venal, a edição corporiza a mescla conflitual de cultura e negócio³⁹. Publicar um autor ou uma obra que venha de fora pode significar uma redução do risco inerente ao devir editorial. Apostar num nome estrangeiro faz-se, em princípio, num contexto de teste prévio à sua capacidade de venda, situação impossível com autor autóctone, especialmente se impublishedo. A diminuição de custos e de risco é, com efeito, factor de primordial relevância na actuação das editoras e que explica, por exemplo, que a estreita de casas como as Publicações Europa-América, a Editorial Verbo, a Livros do Brasil ou a Livros Horizonte tenha recebido contributo essencial da importação de livros e outras publicações. A despeito das variadas colecções formadas por títulos de escritores portugueses, não é espúria a acusação feita por Julião Quintinha de que, «a não ser para meia

³⁸ Um artigo de Rogério Fernandes, com o título «Considerações à margem de uma iniciativa», sobre a desatenção dos editores e livreiros portugueses em geral à comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil é ilustrativo da persistência deste traço. Perante uma efeméride de profundo alcance literário, livreiro e editorial, os actores do livro «como sector organizado não reagiram. Parece terem ficado indiferentes ao significado da iniciativa e às virtualidades culturais de que ela se revestiu», *A Capital* (21 Abr. 1968) p. 23.

³⁹ Para um aprofundamento da relação entre cultura e comércio na edição, veja-se MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores.

dúzia de autores consagrados, não há editores. Os escritores novos, mesmo que revelem qualidades literárias, lutam com as maiores dificuldades para lançar um livro e não contam com o encorajante apoio que deviam ter, até da parte dos livreiros»⁴⁰.

A insistência nos autores consagrados ou conhecidos, que esteve longe de significar um espaço editorial hermético à revelação de novos nomes das letras e do pensamento nacionais, conheceu como alternativa a edição de autor, ferramenta de entrada no domínio público da escrita editada. A edição sem editor representou uma via de divulgação tipográfica paralela ao universo de canonização impressa engendrado pela figura do editor, facultando, dessa forma, aos autores uma via diferente de consagração. De eficácia variada, a edição de autor terá sido a porta de entrada de um número assinalável de autores no quadro dos publicáveis pelas editoras, marcando mesmo a postura de alguns escritores. Recorde-se Miguel Torga, amplamente lido e cujas obras em vida não conheceram outra forma de publicação senão a da edição de autor, pese embora com uma produção e distribuição não artesanais, inteligentemente confiadas a uma organização com os meios e a logística de irradiação nacional da Coimbra Editora. Nos espíritos da época, as fórmulas editoriais sem recurso a uma editora não se esgotariam na subvenção da publicação de um original pelo seu autor. O patrocínio chegou a ser seriamente ponderado como forma de superação das dificuldades de lançamento de novos autores. Para obviar os obstáculos, geradores de um círculo vicioso, Ferreira de Castro defende em 1959 a criação de um Fundo Literário, «destinado a financiar a edição dos livros de escritores novos com valor»⁴¹, alimentado por uma percentagem das vendas de obras caídas no domínio público, propondo que a administração desse fundo, bem como a selecção de obras, ficasse a cargo da Sociedade Portuguesa de Escritores. Quatro anos depois é anunciada, precisamente pela Sociedade Portuguesa de Escritores, a criação de um fundo de edições com o explícito objectivo de estimular a actividade literária portuguesa⁴², assumindo o propósito de «edição de obras de qualquer género literário e de reconhecido mérito, que não tenham merecido a atenção dos editores»⁴³. A extinção da associação, menos de dois anos volvidos, ditaria a não aplicação do mecanismo gizado.

Conquistando e mantendo uma posição simbólica com algum relevo no seio dos grupos ligados à produção, disseminação e consagração cultural, mesmo que pouco comparável com o lugar cimeiro que ocupou noutras paragens, o editor português no decurso do período autoritário encontra-se – e concebe-se como – acossado por uma realidade adversa, na compressão das ideias, na exiguidade de mercado e na progressão de meios alternativos de comunicação e concorrentes no ócio, como o jornal, a rádio, o cinema ou a televisão. O seu ofício tende a ser empurrado para uma tensão inerente à histórica função de propiciador de novidade – literária, de entretenimento, de saber – realizada cada vez mais com um pano de fundo que o transforma em conservador; conservador dos textos, conservador do próprio livro enquanto artefacto ou espécie que se reifica⁴⁴ e conservador

⁴⁰ *República* (14 Dez. 1953) p. 1.

⁴¹ *Livros de Portugal*. N.º 1 (Jan. 1959) p. 4.

⁴² Confira-se *Livros de Portugal*. N.º 56 (Ago. 1963) p. 6.

⁴³ O regulamento deste fundo é transcrito no *Jornal de Letras e Artes* (7 Ago. 1963) p. 7.

⁴⁴ Confira-se o que Alain-Marie Bassy escreve a respeito da conservação do e no livro, referindo-se ao específico caso francês da primeira metade de novecentos, em BASSY, Alain-Marie – *L'édition en marche*.

de uma posição no mercado em que actua, factor explicativo de um relacionamento particular – mas diversificado – do sector com o contexto político em que se viu forçado a actuar. A sobrevivência e constituição de mercados do livro explica em grande medida que entre regime e edição se tivessem estabelecido laços e articulações, ainda que mediados institucionalmente e com um pano de fundo de práticas e discursos de distanciamento editorial face à matriz autoritária e ideológica governativa. A alternativa teria sido a clandestinidade. É ao eixo cultural, assimilado ao papel representado pelos editores, que cabe a gestão, equilíbrio e justificação das contradições. Não surpreende, então, a permanência sem modificações de tomo de uma carga social auto-concedida de valorização simbólica do editor, presumindo-se da prática de muitas casas a demanda do êxito livreiro sem que isso se tivesse tornado, como noutros países, no motor da indústria do livro, designação equívoca que oculta as ambivalências de um campo onde são indisfarçáveis as ressonâncias artesanais. Terá sido, em grande parcela, o duplamente diminuto universo da edição portuguesa (no sentido do reduzido número dos seus agentes, muitos deles cultivando entre si relações de amizade e até familiares, e da acanhada expressão do mercado, confinado quase exclusivamente ao consumo interno e com uma rede de distribuição de cobertura livreira insuficiente) que, fazendo da constelação editorial portuguesa um campo não governado imperialmente pela lógica da *best-sellerização* e do sucesso explorado em articulação com outros suportes como o cinema ou a televisão, permitiu a sobrevivência mais generalizada e prolongada de um ambiente editorial de matriz vocacional.

Apesar das persistências, contudo, as transformações ocorridas no seio dos mundos da edição e nas figuras do editor testemunham que a ruptura com o que se designou de antigo regime da edição parece concretizar-se nestes anos. Não sem hesitações, não sem instabilidade de fronteiras entre conservadorismo e modernidade, tradição e subversão, resquício histórico e actualização contemporânea, num contexto estruturalmente desfavorável, em que o optimismo competiu com o discurso do infausto e do condicionamento nas preferências retóricas dos editores. Na realidade estudada conseguem discernir-se os contornos da peculiaridade portuguesa, uma espécie de periferia editorial com laivos de centro em ponto pequeno. Nessa medida, não é absolutamente temerária a proposição de que o trabalho do livro na sua personificação editorial entre os decisivos anos 30 e 60 se reconfigura enquanto sistema de práticas nas quais se observa o lastro de permanências que a inscrição social dos editores num quadro histórico preciso faz sobreviver, protelando para as décadas seguintes a explosão multiplicativa pós-revolucionária (prenunciada ainda antes do 25 de Abril de 1974), a extinção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e o aparecimento da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, a cisão associativa e o nascimento da União dos Editores Portugueses, o desenvolvimento e autonomização de sistemas de distribuição, o surto e estagnação no mercado dos clubes do livro, a expansão do livro escolar e o decorrente processo de hegemonia no sector, a entrada em cena das grandes superfícies e cadeias do livro, a inevitabilidade dos movimentos concentracionários e o aumento das participações estrangeiras, a propagação formativa pós-graduada e de especialização para o sector, entre uma pléiade de outras circunstâncias que concorreram – e estão concorrendo – para a complexificação do universo da edição e dos editores.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

Periódicos

Capital (A), 1968 a 1971.

Diário de Lisboa, 1945 a 1971.

Jornal de Letras e Artes, 1962 a 1966.

Livros de Portugal, 1940 a 1947, 1952 a 1957, 1959 a 1971.

República, 1950 a 1971.

Rumo, 1967.

Relatórios e actas

GRÊMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS – *Conclusões do I Encontro de Editores e Livreiros*. Lisboa: GNEL, 1973.

Inquéritos

LISBOA, Irene – *Inquérito ao Livro em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1944. Vol. I – *Editores e Livreiros*.

BIBLIOGRAFIA

BARBIER, Frédéric – La librairie allemande comme modèle?. In MICHON, Jacques; MOLLIER, Jean-Yves – *Les Mutations du Livre et de l'Édition dans le Monde du XVIII^e Siècle à l'An 2000*. 1.^a ed. Saint-Nicolas: Presses de l'Université Laval; Paris: L'Harmattan, 2001, p. 31-45. ISBN 2-7637-7805-4 (PUL), 2-7475-0813-7 (L'Harmattan).

BASSY, Alain-Marie – L'édition en marche. In CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean – *Histoire de l'Édition Française*. 2.^a ed. Paris: Promodis; Fayard, 1991. ISBN 2-213-02666-1. Vol. 4 – *Le Livre Concurrencé: 1900-1950*, p. 615-620.

BECKER, Howard – *Art Worlds*. 1.^a edição (brochado). Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1984. ISBN 0-520-05218-8.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean – *Histoire de l'Édition Française*. 2.^a ed. Paris: Promodis; Fayard, 1990. ISBN 2-213-02558-4. Vol. 3 – *Le Temps des Éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean – *Histoire de l'Édition Française*. 2.^a ed. Paris: Promodis; Fayard, 1991. ISBN 2-213-02666-1. Vol. 4 – *Le Livre Concurrencé: 1900-1950*.

COSER, Lewis; KADUSHIN, Charles; POWELL, Walter – *Books: the culture and commerce of publishing*. 1.^a ed. Nova Iorque: Basic Books, 1982. ISBN 0-465-00745-7.

CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*. 1.^a ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. ISBN 978-972-671-193-3.

DURÃO, Susana – *Oficinas e Tipógrafos. Cultura e quotidianos de trabalho*. 1.^a ed. Lisboa: Dom Quixote, 2002. ISBN 972-20-2226-1.

- KAESTLE, Carl; RADWAY, Janice – *A History of the Book in America*. 1.ª ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008. ISBN 0-8078-3186-7. Vol. 4 – *Print in Motion: the expansion of publishing and reading in the United States, 1880-1940*.
- MARQUES, Henrique – *Memórias de um Editor (publicação póstuma)*. Lisboa: Livraria Central Editora, 1935.
- MEDEIROS, Nuno – Edição e editores nos anos 30 e 40: mercado do livro, acção cultural e tensões. In PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís – *Transformações do Campo Cultural Português (1900-1950)*. 1.ª ed. Coimbra: Ariadne; CEIS20, 2005, p. 129-159. ISBN 972-8838-30-1.
- MEDEIROS, Nuno – *Edição e Editores Portugueses. Prescrições, percursos e dinâmicas (décadas de 1940 a 1960)*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de Mestrado em Sociologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- MEDEIROS, Nuno – Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XLIII, n.º 189 (4.º trimestre 2008), p. 795-815.
- MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores. In AAVV – *Comunidades de Leitura. Cinco estudos de sociologia da cultura*. 1.ª ed. Lisboa: Colibri, 2009, p. 23-61. ISBN 978-972-772-923-4.
- MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. 1.ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. ISBN 972-671-075-8.
- MINOWA, Shigeo – The societal context of book publishing. In ALTBACH, Philip; HOSHINO, Edith – *International Book Publishing – an encyclopedia*. 1.ª ed. Nova Iorque; Londres: Garland, 1995, p. 331-341. ISBN 0-8153-0786-1.
- MOLLIER, Jean-Yves – Les mutations de l'espace éditorial français du XVIII^e au XX^e siècle. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Seuil. ISSN 0335-5322. N.º 126-127 (Mar. 1999), p. 29-38.
- Ó, Jorge Ramos do – *Os Anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa, 1999. ISBN 972-33-1492-4.
- TEBBEL, John – *Between Covers. The rise and transformation of American book publishing*. 1.ª ed. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1987. ISBN 0-19-504189-5.
- WALTERS, Ray – *Paperback Talk*. 1.ª ed. Chicago: Academy Chicago Publishers, 1985. ISBN 0-89733-108-7.